



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 05* e 06 de março de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

- Em virtude da participação do Presidente da República no dia 5 de março e de alterações na dinâmica da reunião, não foi possível realizar a gravação desse dia e, portanto, não há o registro na ata.

1 **Abertura e saudações da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2024.** A Sra. Elisabetta
2 Recine, Presidenta do Consea, confirmou que esta Plenária apresentava quórum mínimo
3 para iniciar a reunião e solicitou a atenção plena dos (as) presentes quanto às
4 particularidades do assunto que seria tratado. A Presidenta do Consea apresentou a
5 **Pauta Proposta:** Dia 06/03/2024 - tarde, 14h00-15h00: Complementação das vagas de
6 representação da sociedade no mandato 2023/2025; 15h00 – 16h30: Relato das Comissões
7 Permanentes e CPCE; 16h30 – 17h00: Deliberações da Plenária; 17h00- 18h00: Informes; 18h00:
8 Encerramento. **Ponto de Pauta: Complementação das vagas de representação da**
9 **sociedade no mandato 2023/2025.** A Presidenta lembrou dois pontos sobre o decreto
10 de reinstalação do Consea e sobre a definição de composição: primeiro, que o atual
11 mandato findaria em 27 de fevereiro de 2025; segundo que quatro (4) ministérios
12 inexistentes na gestão federal anterior permaneceram na condição de convidados
13 durante o ano de 2023, até a ocorrência da Conferência Nacional, quando então
14 passaram a compor legitimamente as vagas destinadas ao governo (1/3). Desta forma,
15 com a inserção desses quatro novos ministérios, oito (8) novas vagas foram abertas para
16 a inclusão de organizações da sociedade civil no Consea. A Presidenta do Consea
17 lembrou que houve consulta à assessoria jurídica com decisão de que não havia
18 nenhuma situação de ilegalidade caso o Consea decidisse não ocupar essas oito vagas,
19 cabendo à plenária a decisão de deliberar pela ocupação das vagas ou pela abertura de
20 processo de renovação que culminaria em nova composição para o período de
21 2025/2027. Reforçou o caráter atípico e extraordinário da situação que não dispunha de
22 normativa específica. Tendo em vista os princípios do direito administrativo, a
23 razoabilidade e a economicidade, a Presidenta propôs decidir pelo que custasse menos
24 e fosse mais lógico, considerando que não havia imperativo para que o Consea ocupasse
25 essas vagas, enquanto não fosse deflagrado o processo de recomposição do novo
26 mandato. A presidência do Consea entendia que a instalação de uma comissão de
27 seleção do mandato 2025/2027 configuraria ato administrativo suficiente. Contudo,
28 esclareceu que caso o Plenário do Consea decidisse pela ocupação das vagas, poderia
29 ser feita a partir de Resolução interna, sem necessidade de publicação de decreto
30 assinado pelo Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo
31 Presidente da República. Reforçou que seria inviável incluir novas organizações, uma vez
32 que para isso seria necessário instalar uma comissão, definir regras, fazer a divulgação,
33 receber propostas, decidir pelo processo de escolha, entre outras etapas morosas que
34 findariam ao final do ano, próximo ao período de transição para um novo mandato, em
35 fevereiro de 2025. Destacou ainda que a Mesa Diretiva discutiu e propôs uma alternativa
36 para ocupação das oito vagas, com a abertura de um processo interno para que as 18
37 organizações suplentes pudessem concorrer às vagas de titular, por meio de votação
38 interna. Lembrou ainda que, na verdade, seriam nove (9) novas vagas abertas para
39 recompor a vacância deixada pela organização da sociedade civil, Organís. Propôs que,
40 uma vez aprovada a Resolução interna, a Mesa Diretiva fizesse um chamado para que
41 as 18 organizações se manifestem quanto ao interesse de concorrerem à titularidade.
42 Com a listagem das organizações interessadas seria aberto um processo de votação
43 remota para que cada Conselheiro(a) escolhesse a(s) organização(ões) que passariam à
44 titularidade. A Presidenta, por fim, solicitou aos titulares, ou suplentes em posição de

45 titularidade na Plenária, que se manifestem a favor ou contra à ocupação das nove vagas
46 que se abririam. O Plenário aprovou a ocupação das nove vagas, com todos a favor, sem
47 abstenções. A Presidenta estabeleceu que seria lida a Resolução e, se houvessem
48 destaques, seriam levados ao jurídico para conferência e nova submissão para
49 apreciação remota dos(as) Conselheiros(as). A Presidenta do Consea pediu para que
50 todas as organizações, independentemente de estarem concorrendo ou não, de serem
51 suplentes ou titulares, preparassem um breve descritivo de quem são, para ficar
52 disponível, tanto para conhecimento geral, quanto para o processo de votação das
53 organizações que passariam à titularidade. A Presidenta leu a proposta de Resolução nº
54 1/2024, reforçou que o texto foi apreciado pelo jurídico da presidência, e perguntou se
55 havia manifestações de dúvida. Após questionamentos, esclareceu que o processo se
56 tratava de consulta apenas aos Conselheiros e Conselheiras, portanto não incluindo
57 observadores. Reforçou que, em maio, a Mesa Diretiva levaria à plenária uma proposta
58 de cronograma e de critérios para instalar uma comissão de seleção, a partir das
59 indicações da 6ª Conferência. Lembrou que a 6ª Conferência estabeleceu que o processo
60 fosse mais amplo e com maior transparência, exemplificado por chamamentos mais
61 abertos. Refletiu que seria um processo com mais etapas e com mais definições sobre
62 como proceder para assegurar as propostas deliberadas pela 6ª Conferência, incluindo
63 a instalação de comissão ainda no primeiro semestre para que o processo estivesse
64 instalado até o final de 2024. Uma conselheira solicitou esclarecimento quanto à
65 possível situação de haver uma organização que não quisesse se candidatar à
66 titularidade. A Presidenta do Consea esclareceu que nenhuma organização seria
67 obrigada a participar desse processo, pois caberia uma avaliação interna da organização
68 para decidir se teria condições de assumir a vaga titular. Um conselheiro comentou que
69 o inciso I, do artigo 12, poderia criar confusão, onde dizia que “as vagas de suplente
70 devem ser ocupadas exclusivamente por representantes das mesmas organizações que
71 já ocupam a titularidade”. A Presidenta explicou que, tanto quem perdesse o suplente,
72 quanto quem ganhasse a titularidade, precisaria definir sua suplência, com
73 representantes da mesma organização dos respectivos titulares. Um conselheiro sugeriu
74 incluir a redação “dos resultados proclamados pela Mesa Diretiva, não cabem recursos”,
75 questionando se essa inclusão seria possível uma vez que recursos tornariam o processo
76 mais moroso. A Presidenta esclareceu que uma consulta seria feita à área jurídica
77 quanto à impossibilidade de recursos. A Secretaria-Executiva do Consea informou que
78 essa consulta já havia sido feita e explicou que a área jurídica confirmou não haver
79 possibilidade de recurso, porque o número de votos já estaria posto e se tratava de uma
80 solução interna ao conselho e não um chamamento aberto ao público. Completou que
81 poderia ser solicitada uma auditoria dos votos. Destacou que o voto seria nominal e
82 sigiloso, de modo que só a Secretaria-Executiva teria conhecimento. A Presidenta
83 comentou que mesmo assim seria verificado com a área jurídica como a impossibilidade
84 de recurso poderia ser redigida juridicamente. Um conselheiro questionou se quem
85 estava na suplência viraria automaticamente titular. A Presidenta esclareceu que não
86 seria automaticamente, só caso possuísse votos suficientes. O mesmo conselheiro
87 colocou a preocupação de que, caso tivesse votos suficientes, e o representante não
88 tivesse condições de continuar ou que a organização quisesse trocar a representação,

se não seria necessário acrescentar esclarecimento referente à justificativa para a troca de representante. A Presidenta colocou que essa dúvida também seria dirimida pela área jurídica. A Secretaria-Executiva esclareceu que, em casos excepcionais, o Artigo nº 19 do Regimento Interno determinava que a Mesa Diretiva pudesse deliberar sobre a substituição. A Presidenta do Consea perguntou se a plenária estava suficientemente informada sobre a proposta de Resolução e, ao compreender que sim, iniciou-se o processo formal de aprovação da referida Resolução. Pediu que a lista das 18 organizações suplentes fosse apresentada para conhecimento da plenária, a saber: Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africanas, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, Rede Amazônia Negra, Central de Sindicais Brasileiras, Central Força Sindical Nacional, União Nacional das Cooperativas da Agricultura familiar e Economia Solidária, Ação da Cidadania, ONG Banco de Alimentos, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Rede Brasileira de Infância e Consumo, Rede de Mulheres Negras para Soberania e SAN, Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, Associação Engaja Mundo, Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar e Associação Brasileiro para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Uma vez que não houve manifestação contrária, a Presidenta do Consea, perguntou à plenária se estava aprovada a Resolução nº 1/2024, restando aprovada com todos a favor, sem abstenções. Assim, considerando que não havia alterações substanciais, a Presidenta do Consea informou que a área jurídica daria um retorno breve e que a Mesa Diretiva estabeleceria o cronograma do processo de complementação das vagas da sociedade civil. Por fim, solicitou às coordenações das Comissões Permanentes - CPs e da Comissão de Presidentes de Consea Estaduais - CPCE para fazerem seus informes e apresentarem os pontos centrais de suas discussões, em 10 minutos. **Ponto de Pauta: Relato das Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes de Consea Estaduais - CPCE.** A Coordenadora da Comissão Permanente 3 - CP3, Sra. Vanessa Schottz, apresentou o debate e os encaminhamentos da CP3, que tratou da recomendação dos agrotóxicos, do Balanço da Conferência, do Balanço e Planejamento da CP3, do Plano Safra da agricultura familiar 2024/2025, do Plano de Abastecimento e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. A Coordenadora da CP3 relatou que havia uma avaliação positiva da conferência, que revigorou a luta e que foi muito importante como um marco da retomada do processo democrático e das políticas públicas. Fez um reconhecimento especial e destacou o trabalho da Secretaria-Executiva na organização da 6ª Conferência, que ocorreu em tempo recorde. Do ponto de vista da metodologia, destacou o quanto que as mesas proporcionaram um debate rico. Reforçou que foi interessante levar pessoas que não necessariamente atuavam no campo da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, mas que ajudaram a pensar a partir do lema da Conferência, políticas públicas de enfrentamento da fome, levando a pauta étnico-racial, de mulheres e gênero, dos povos e comunidades tradicionais. Ressaltou o momento dialógico que as mesas proporcionaram. Discorreu sobre as adaptações metodológicas acarretadas pela preparação da 6ª Conferência para receber o Presidente da República. Alertou, ainda,

que quando a metodologia foi seguida à risca, o trabalho e discussões no âmbito dos Grupos de Trabalho - GT ficavam limitados. De acordo com a Coordenadora, essa limitação poderia ter sido manejada por espaços de diálogo inter plenárias. A Coordenadora ponderou que na CP3 houve o reconhecimento de que as propostas, e a própria Conferência como um todo, repercutiram o momento que o Brasil estava vivendo, se recuperando de um vazio de políticas públicas. Não obstante a sociedade civil ter continuado seu processo de mobilização, percebeu-se um desafio de comunicação e formação, porque foram recorrentes propostas e falas ancoradas em ideias de ações que já aconteciam e tinham desenho definido. A Coordenadora destacou o quanto foi positivo o lançamento da Política Nacional de Abastecimento Alimentar - PNAAB, que foi uma grande conquista pautada pelo Consea desde 2005. Destacou que a PNAAB reconheceu o papel deste Conselho no seu processo construtivo. Do ponto de vista da agenda da CP3, os membros entenderam que a necessidade de o governo intervir na questão dos agrotóxicos foi uma mensagem forte, a partir do veto do pacote do veneno, e urgente. A Coordenadora da CP3 apontou que a Conferência ofereceu uma série de subsídios para o Plano Nacional de Abastecimento. Destacou a questão da transição agroecológica, da retomada da Política Nacional de Agroecologia por meio da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e dos mercados institucionais. Informou ainda que CP3, em diálogo com as demais Comissões do Consea, reconheceu a questão do enfrentamento ao racismo institucional, e também o enfrentamento do patriarcado, como elemento que impedia o acesso às políticas públicas. Enfatizou a importância de os relatórios da Conferência serem entregues nos ministérios por meio de audiências com seus representantes, com seleção prévia das propostas relacionadas com cada um dos ministérios. Em relação ao funcionamento da CP3, houve uma avaliação positiva de que no ano anterior [2023] foi realizado um volume grande de trabalho e de recomendações, que conseguiram contribuir efetivamente com a pauta do Consea como um todo, mas também incidir junto ao governo em políticas públicas, a exemplo a questão do abastecimento, da suplementação orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e do veto ao PL do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A Coordenadora da CP3 colocou que devido à complexidade e densidade do tema da CP3 e do tempo curto de trabalho, a realização de oficinas realizadas em 2023 (relativas ao Plano Safra e da PNAAB) deu a possibilidade de aprofundar o diálogo, de ouvir os movimentos sociais, de construir subsídios que contribuíram para as Plenárias com esses temas, mas também que contribuíram para qualificar o diálogo com o governo. Então, houve um entendimento de que para 2024 devia-se manter essa dinâmica de realização de oficinas. Em termos de agenda, a CP3 priorizaria a construção do Plano Nacional de Abastecimento, a incidência no Plano Safra, no Plano Nacional de Agroecologia, o diálogo com CNAPO, o PAA e mercados institucionais, as normas sanitárias e a questão das mudanças climáticas. Relatou que a CP3 considerou que foi pouco tempo para discutir o planejamento e que, portanto, seria interessante uma convocação oficial do Consea para uma reunião remota da CP3, a fim de finalizar esse planejamento. Em relação ao PAA, manifestou preocupação com o orçamento previsto para 2024, em especial a modalidade operacionalizada pela Companhia Nacional de

177 Abastecimento - CONAB. A Coordenadora avaliou que o orçamento previsto para 2024
178 era inferior ao do ano anterior e demonstrou preocupação com a CONAB, que passou
179 por um processo de desmonte no governo Bolsonaro e que, do ponto de vista
180 orçamentário e de pessoal, ainda precisava ser recomposto. Para incidir sobre esse
181 ponto, foi formado um grupo de trabalho, com representantes de governo e da
182 sociedade civil, para elaborar um plano de incidência, inclusive subsidiado pela fala
183 realizada pelo Presidente Lula na plenária do dia anterior. Havia ainda o anseio de
184 elaboração de uma Nota Técnica, visto que não havia tempo para propor uma
185 Recomendação. Em relação ao Plano Safra, o Sr. Henrique, do Ministério do
186 Desenvolvimento Agrário - MDA, apresentou dados de Balanço do Plano Safra e
187 informou à CP3 como estava sendo seu processo de elaboração. A Coordenadora
188 informou que o representante do MDA sugeriu que as contribuições do Consea fossem
189 encaminhadas até o final de março ou início de abril do corrente ano. A Coordenadora
190 esclareceu que havia sido externada preocupações que se mantinham atuais desde a
191 Recomendação encaminhada em 2023, que trouxe aspectos estruturantes. Como
192 encaminhamento da CP3, a Coordenadora informou que iria ser reencaminhada a
193 Recomendação que tratava do Plano Safra 2023/2024 e que fariam uma oficina junto
194 com o MDA (combinada com o Henrique na reunião da CP3). Ainda, informou que seria
195 articulado um Grupo de Trabalho para a organização dessa oficina nos moldes do ano
196 anterior para incidir no Plano Safra, além de diálogo com a Comissão Nacional de
197 Agroecologia para contribuir com a pauta da segurança alimentar na elaboração do
198 Plano de Agroecologia. Em relação ao abastecimento, a Coordenadora informou que a
199 Aline, representante do MDA, fez um informe sobre o andamento, uma vez que havia
200 sido publicada a Política e que se teriam 120 dias para a elaboração do Plano de
201 Agroecologia, a partir da instalação do Comitê Gestor. Foi informado que o Comitê
202 Gestor da PLANAPO seria instalado nos próximos dias. Do ponto de vista da contribuição
203 da sociedade, iriam ser realizadas oficinas, com Conselho Nacional de Desenvolvimento
204 Rural Sustentável - CONDRAF, outra com a CNAPO e outra com a CP3. Para a oficina da
205 CP3, a Coordenadora informou que o convite seria estendido a outros(as) Conselheiros
206 (as) interessados (as). Acrescentou que a oficina ocorreria no dia 20 de março do
207 corrente ano. Informou que estava prevista a apresentação da versão preliminar do
208 Plano Safra na Plenária de maio do Consea e que, em seguida, teria uma reunião de
209 finalização na Caisan para poder incidir sobre a proposta construída. Agradeceu. A
210 Presidenta do Consea apontou que a Mesa Diretiva já vinha conversando, alinhada à
211 sugestão da CP3, de abrir reuniões intermediárias das Comissões Permanentes para que
212 não ficassem aleatórias e fragmentadas. Esclareceu que a Mesa definiria períodos e que
213 a Secretaria-Executiva ficaria responsável pelo envio dos convites para garantir
214 formalidade e oficialidade às reuniões, além de assegurar que a informação chegaria a
215 todos(as) Conselheiros(as). Fez a sugestão de passar à palavra à CP1, em seguida para a
216 CPCE, e depois sortearia. A Coordenadora da Comissão Permanente 1 - CP1, Sra.
217 Mariana Santarelli, destacou que houve um momento de reunião conjunta entre CP1 e
218 CPCE, sobre a perspectiva dos estados em relação às propostas emanadas da 6ª
219 Conferência Nacional sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -
220 Sisan. Logo após, foi discutida uma nova Resolução de adesão dos municípios ao Sisan,

apresentada pela Secretaria Extraordinária de Combate à Fome - SECF, finalizada com a avaliação da 6ª Conferência e o planejamento da CP1 para 2024. Em relação à avaliação e ao planejamento, destacou que não foi possível fazer uma apreciação da 6ª Conferência como um todo, mas foi feita uma abordagem sobre o Sisan (foco de trabalho da CP1), enfatizada pela 6ª Conferência muito mais do que nas conferências anteriores. Pontuou que era necessário avançar na regulamentação do Sisan nesse momento de retomada das políticas públicas. Ressaltou que o Sisan também foi valorizado nas conferências livres. Em relação à avaliação da CP1, discorreu sobre a definição das pautas prioritárias, com ênfase no tema da pactuação federativa, financiamento e adesão de entidades privadas, com e sem fins lucrativos. Destacou a importância da presença da Consultora da Caisan, Sra. Márcia Lopes, para aprofundar esses temas. Refletiu que seria necessário dar um passo atrás nessa discussão, ressaltou que o SUAS estava sendo usado como referência e que acreditava ser necessária uma Norma Operacional Básica - NOB ligada a algum tipo de tipificação, sendo preciso delimitar as políticas públicas, bens e serviços oferecidos no âmbito do Sisan. Relatou que a CP1 acreditava na existência de programas e políticas com pré-disposição à regulamentação por dentro do Sisan, como, por exemplo, as Cozinhas Solidárias, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades e a Política Nacional de Abastecimento. Reforçou que já era um início buscar entender a organização da descentralização e da implementação dessas políticas por dentro do Sisan, mas reforçou que já existiam acordos técnicos e políticos suficientes entre a SECF, a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan e a Conab, para começar a dar esses passos. A CP1 avaliou que seria importante realizar uma oficina com a participação das Caisan e dos Consea estaduais, para tentar responder algumas perguntas: como seria uma NOB para o Sisan, que orientasse a atuação das três esferas de governo em relação às políticas, bens e serviços para garantia do direito à alimentação e qual seria o desenho e mecanismo de financiamento mais adequado? A Coordenadora da CP1 pontuou que seria necessária muita conversa e decisões coletivas, e, para isso, seria importante haver um momento presencial de *workshop* ainda no primeiro semestre de 2024. Neste sentido, reforçou a importância do diálogo entre o Consea e a SECF colocado como encaminhamento e uma prioridade. Destacou que isso não significava deixar de prosseguir com o projeto de lei sobre o financiamento do Sisan, pois o projeto de lei tem um tempo de acordos e pactuações. Relatou haver uma expectativa para a próxima Plenária do Consea de debate sobre o PL relacionado ao financiamento. A CP1 solicitou que a SECF se organizasse internamente nos acordos que precisavam ser feitos, para propor medidas concretas sobre a nova Resolução de adesão dos municípios ao Sisan. Comentou que a nova regulamentação do PAA dizia que, para acessar o PAA, o município deveria estar aderido ao Sisan. Relatou que isso gerou uma demanda de pedidos de adesão, o que explicitou a necessidade de rever a Resolução de regulamentação da adesão. A Coordenadora da CP1 informou que a SECF trouxe uma nova proposta, que facilitava as regras de adesão, indicando, por exemplo, que não precisava apresentar as leis de criação do Consea e da Caisan, podendo incluir apenas ato normativo. Comentou sobre o debate feito pela CP1 com contribuições à mencionada Resolução. A SECF se comprometeu a revisar e apresentar uma nova

proposta de redação para apreciação e aprovação da Resolução de forma assíncrona pelo Consea. O Coordenador da Comissão de Presidentes de Consea Estaduais - CPCE, Sr. Jean Pierre, relatou que a reunião compartilhada com a CP1 foi produtiva e que haviam caminhos traçados e também desafios em relação ao processo de adesão ao Sisan. O Coordenador da CPCE informou que se sentiu contemplado pela fala da Coordenadora da CP1, mas complementou que seria necessário entender o que levou os estados a fazerem tantas adesões e investigar, dentre os que não fizeram, o motivo para buscar uma ampliação. Sugeriu, portanto, aprofundar esses processos de implementação do Sistema no Brasil como um todo. Em relação ao repasse no âmbito do Sisan, ressaltou a importância de debater o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Consea, para compreender as diferentes facetas do Sistema. Relatou que, apesar do tempo curto para a discussão do planejamento e da necessidade de um novo momento para aprofundamento, a CPCE estava bem alinhada com a ementa proposta. Comentou que a CPCE estava concentrada na discussão dos temas de financiamento, processo de formação e tantas outras questões relativas ao fortalecimento dos Conseas estaduais e municipais. O Coordenador da CPCE relatou que foi possível discutir o processo de eleição interna da CPCE, que culminou no processo de consulta aos Presidentes, resultando em três representações da CPCE: Sr. Jean Pierre, pelo Rio Grande do Norte; Sra. Renata Machado, pelo Rio de Janeiro; e Sra. Eni Cunha, pelo Tocantins. A Coordenadora da Comissão Permanente 7 - CP7, Sra. Regina Barros Goulart Nogueira, mencionou as ausências na reunião da CP7 e externou a preocupação de ter uma baixa presença de representantes da sociedade civil e, principalmente, de atores do governo. Destacou que houve a presença da Deputada Erika Kokay e que havia sido emitido convite à Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Relatou que na avaliação da CP7 sobre a 6ª Conferência, foi identificada uma dificuldade de representatividade de atores municipais e estaduais para chegarem até a Conferência. Citou que houve problemas em diferentes estados no encaminhamento das vagas, o que a Coordenadora da CP7 avaliou como uma questão de necessidade de revisão do número de vagas e dos critérios para seleção. Informou que pessoas não legitimadas chegaram até a 6ª Conferência e quiseram adentrar e outras que não foram ocupadas. A Coordenadora relatou que como encaminhamento foi feita uma análise da incidência dos Povos e Comunidades Tradicionais nas propostas priorizadas. Apontou que a CP7 considerou que foram bem representados, sob o ponto de vista político, pois tiveram mais de 95 menções nas propostas priorizadas. Contudo, comentou que as propostas apresentavam dificuldade de reconhecimento da ponta desse sistema, como no município, e de adentrar as políticas públicas devido à burocracia extensa. Sublinhou a falta de regulamentação do conceito de Povos e Comunidades Tradicionais e o próprio entendimento do governo quanto a isso. Sobre os temas urgentes da CP7, mencionou a Reforma Tributária, o G20, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, políticas públicas e a discussão de terra, água, território e territorialidade, que também estiveram presentes nas propostas da 6ª Conferência, que trouxe essa questão da necessidade de regulamentação e de uma política que compreenda esse processo. Pontuou que a participação da deputada foi ao encontro de que os Povos e Comunidades Tradicionais queriam uma política de Estado e não só de governo. Assim, destacou a aproximação

com o legislativo e reforçou que a deputada ouviu toda essa síntese e avaliações. Relatou que a deputada entendia que essas demandas dialogavam diretamente com o que estava acontecendo dentro do legislativo, das disputas reais na questão de atendimento, enfrentamento à fome e segurança alimentar e também nas frentes e comissões que poderiam ser acessadas. Um dos primeiros encaminhamentos foi a constituição de uma audiência pública entre a Câmara de Deputados (e essas comissões) e o Consea, por meio da CP7, para discutir Povos e Comunidades Tradicionais e o seu papel na política de segurança alimentar e nutricional e saúde. Afirmou que uma audiência pública deveria ser pensada e constituída. A Coordenadora da CP7 ressaltou que foi solicitado representatividade e que pelo número expressivo de propostas emanadas da 6ª Conferência deveria haver um caderno específico relacionando as propostas às políticas equivalentes. Avaliou que era necessário solicitar ao governo não só indicação de quem participava na CP7, mas também quais seriam as políticas específicas para Povos e Comunidades Tradicionais em cada Ministério que trabalhasse com a temática, para que se pudesse fazer um debate sobre o que foi solicitado e o que estaria sendo encaminhado e qual seria a contribuição do Consea na consolidação de um processo de monitoramento. Na análise da Coordenadora da CP7, a fim de que a política pública chegasse à ponta, seria prioritário alinhar o entendimento dentro do governo quanto à definição de Povos e Comunidades Tradicionais. Apresentou como exemplo o Cadastro Único - CadÚnico, que embasava políticas públicas importantes, conquistadas e recomendadas pelo próprio Consea, com apenas cinco (5) dos Povos e Comunidades Tradicionais identificados no Número de Inscrição Social - NIS. Portanto, a CP7 estaria solicitando diálogo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS especificamente sobre o CadÚnico. Em relação à organização da CP7, a Coordenadora informou que houve concordância com a ementa, que seria mantida. No que se referia aos temas prioritários, foram mantidos os de violência, violência no campo e políticas que não alcançam a ponta. Relatou que a CP7 trouxe proposta de tema para ser incluído na plenária até o fim do mandato sobre "Terra, água, território e territorialidade" e pediu à Secretaria-Executiva que cobrasse a participação dos representantes de governo. A Conselheira e membro da Comissão Permanente 6 - CP6, Sra. Elisa Pankararu, listou os participantes que estiveram na reunião da CP6. Relatou que foi feito um resgate sobre o Encontro Preparatório Indígena, que aconteceu às vésperas da 6ª Conferência, e citou que foram apresentadas as cinco (5) propostas selecionadas como prioritárias pelo GT18, dos Povos Indígenas. Comentou que foi decidido não fazer uma avaliação sobre 2023, mas que debateram sobre as perspectivas e o planejamento para 2024. Informou que foi decidido trazer os cinco temas prioritários para o GT18 para serem debatidos durante o transcorrer do ano de 2024, no âmbito da CP6. Indicou que seria solicitado ao governo um mapa da fome específico para os povos indígenas, para compreender onde se necessitava agir com prioridade com o provimento de alimentos e com ações imediatas. Apontou que seria solicitado à Funai o mapa da situação fundiária das terras indígenas e destacou que a demarcação de terras indígenas viria em primeiro lugar, antes de todos os outros problemas enfrentados pelos povos originários. A Conselheira destacou ainda que o Consea precisava falar sobre racismo, tanto contra os povos indígenas, quanto contra

353 outros grupos. Pontuou que “o racismo, toda a violação do nosso histórico, cultural,
354 social, das nossas terras e territórios, desde a chegada do invasor, colonizador,
355 descobridor (casa alheia, da panela alheia, da cozinha alheia, da cama alheia, da
356 espiritualidade alheia). A palavra ‘descobridor’ cai bem nesse sentido, do invasor que
357 invade a privacidade, a casa, saqueia, e por aí vai”. Acrescentou que era preciso falar do
358 racismo, porque “a negação de direitos da Terra dos nossos parentes, do meu povo e
359 todos os povos, ela tem gênese, tem um início que não é falado. Não faz relação ao
360 diverso”. Analisou que a segurança alimentar e nutricional é também desdobramento
361 desse racismo. Ressaltou o racismo em toda sua modalidade, diversidade, especialidade
362 e defendeu que o movimento indígena, trouxesse essa pauta. O Conselheiro e membro
363 da CP6, Sr. Lino Cesar Cunumi, relatou a situação de seu povo no oeste paranaense, que
364 vivia na fronteira em 24 áreas de retomada e 3 áreas demarcadas, que perderam seu
365 território no começo dos anos 1980 devido à construção da Usina Itaipu Binacional.
366 Esclareceu que em 2005 o Presidente Lula foi três (3) vezes na região onde houve a
367 retomada, mas que até o momento não havia sido resolvida a questão da demarcação.
368 Disse que eles tinham esperança de que em 2024 a situação seria resolvida, pois tratava-
369 se de uma demanda imediata. Mencionou a dificuldade na entrega de cesta básica nessa
370 área e destacou que seu povo não tinha como fazer as roças por não ter espaço
371 suficiente para plantio. Na sua visão, o agronegócio era forte em sua região, pois não
372 deixava que os povos plantassem para obter alimento para suas famílias, assim como
373 sentia que a comida e os próprios indígenas estavam sendo envenenados pelos
374 agrotóxicos, com as crianças passando dificuldades diariamente. Por isso, colocou que
375 as cestas básicas eram urgentes e deviam ser emergenciais. O Conselheiro achava que a
376 Funai não tinha força para acompanhar a questão indígena em sua região e que a Funai
377 de Brasília deveria conversar mais com a Funai de sua região, com vistas ao
378 acompanhamento do oeste paranaense. Relatou dificuldades junto à Sesai, que deixou
379 de atender por duas semanas e resultou na morte de duas crianças e uma pessoa adulta.
380 Frisou que precisavam de imediato a demarcação de terras indígenas e a entrega de
381 cestas básicas. A Conselheira e membro da - CP6, Sra. Elisa Pankararu, lembrou que
382 houve um informe da Casa Civil sobre as ações do COE Yanomami na reunião da CP6,
383 ressaltando a importância de haver políticas públicas conectadas e articuladas.
384 Enfatizou a articulação das organizações indígenas e a efetividade da comunicação entre
385 elas. A Conselheira apontou alguns indicativos para trabalharem durante o ano, tal como
386 a promoção da segurança alimentar; autonomia dos povos indígenas na produção
387 agrícola para a subsistência; os impactos da mudança do clima para os povos indígenas;
388 reforçar ações de implementação do PAA e PNAE; fomento às feiras comunitárias,
389 visando troca de alimentos, produtos e sementes entre povos indígenas; facilitar a
390 inserção de produtores indígenas agroecológicos em mercados que incentivem a
391 produção sustentável; proteção das terras indígenas, em relação aos impactos dos
392 grandes empreendimentos e seus entornos; e debater com gestores a importância das
393 políticas públicas indigenistas, conectadas e articuladas, com atuação transversal entre
394 os entes federativos. A Presidenta do Consea questionou se a situação das cestas ainda
395 não havia se alterado, pois um pedido de retorno do MDS tinha sido feito em 2023 em
396 relação a isso. Acrescentou que, se necessário, isso devia ser reforçado. Complementou

que o problema era mais amplo e que a cesta era só uma ação emergencial importante, mas que o Consea poderia fazer algo mais, acionando a Funai e a Sesai, pedindo informações para própria Arpinsul para poder ter uma aproximação mais contundente em relação a isso, bem como agir para resolver a questão da assistência à saúde, de modo que estivesse completamente comprometida. O Coordenador da Comissão Permanente - CP5, Sr. Edgar Aparecido de Moura, se apresentou e listou os participantes que estiveram na reunião da CP5. Destacou que houve a ausência do representante do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disse que houve uma avaliação muito breve da ementa da CP5 e que em 2023 conseguiram dar conta das demandas devido à plenária referente ao racismo. Afirmou que o combate à fome e o enfrentamento ao racismo caminhavam juntos. Destacou que a maior parte do povo negro se encaixava nos 33 milhões de pessoas passando fome ou nos 100 milhões que não sabem o que vão comer no dia seguinte. Lembrou que no dia 21/03 seria o dia Internacional pela Eliminação de toda a Discriminação Racial e que o dia da Mulher era no dia 8/03 e também o dia da Água em março, o que tinha tudo a ver com a CP5 e pediu aplausos ao referido mês. Reforçou que a CP5 não tinha sugestões de supressão de texto para a ementa, mas acrescentariam o ODS 18, cujo tema é o combate ao racismo e que foi incluído pelo governo, assim como acrescentariam a justiça climática. Informou que estavam convidando o MDS para participar da próxima reunião da CP5 com o objetivo de apresentar o Plano Clima no eixo de segurança alimentar. Destacou que a CP5 estava discutindo incluir o racismo ambiental e a justiça climática como eixo deste Plano. A Presidenta do Consea comentou sobre o trabalho da Conselheira suplente, Sra. Ana Segall, que desenvolveu uma adaptação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar para ser aplicada com os povos indígenas, e que o Conselho procuraria sensibilizar o governo para a captação de recursos para o financiamento do estudo. Sugeriu que o financiamento fosse repartido entre diversos Ministérios para que o EBIA indígena pudesse ser aplicada. A Coordenadora da Comissão Permanente 4 - CP4, Sra. Daniela Frozi, externou alegria em ouvir os demais representantes de Comissões Permanentes e destacou o retorno do Consea com resgate de temas importantes, como o racial e o enfrentamento à fome. Agradeceu à fala da Sra. Elisa (CP4) e disse que aprendeu muito com os indígenas. Disse que a agenda da CP4, que trata dos direitos humanos, falava sobre esse lugar de desconforto que as violações dos direitos humanos trazem na área da alimentação e da nutrição. Informou que a CP4 se reuniu com 12 representantes da sociedade civil e 5 do governo. Relatou que foi uma boa audiência e destacou a presença remota da Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a Sra. Marina, que relatou as missões que aquele Conselho estava realizando na área de justiça ambiental, indicando a possibilidade de haver uma articulação entre os Conselhos. Informou que a CP4 iniciou a reunião abordando a Conferência e que todos destacaram a importância da participação, tanto do ponto de vista político, quanto de visualização das propostas, que contemplaram 70% temas relatos aos direitos humanos, sobretudo nas áreas de alimentação e nutrição. Comentou que, na comissão, houve a menção da população em situação de rua e o direito humano à alimentação adequada. Acrescentou que a metodologia foi boa para os objetivos, mas que não houve a participação social ativa no pleno da Conferência, e

441 que isso precisava melhorar. Comentou que no dia anterior não houve debate na Mesa
442 Diretiva e que isso também precisava melhorar, tal como nos processos coletivos
443 maiores. Acreditava que era necessário ouvir mais, principalmente os Conselheiros que
444 não estavam representando as comissões. Indicou que iriam trabalhar mais
445 detalhadamente as discussões sobre a conferência em reunião remota. Destacou que
446 houve duas apresentações: uma do Conselho de Direitos Humanos e outra da FIAN, que
447 apresentou um relatório sobre a situação de insegurança alimentar dos povos Guarani
448 e Kaiowá – motivando que a comissão fizesse, em colaboração com a CP6, a construção
449 de uma agenda de fortalecimento nessa área do direito humano à alimentação e
450 nutrição adequada dos povos indígenas. Expôs que queriam construir uma
451 Recomendação junto com a CP6 endereçada ao Ministério dos Povos Indígenas, à Funai
452 e ao Ministério da Justiça. Dentre as agendas conjuntas que precisavam ser priorizadas,
453 destacou o Programa de Distribuição de Alimentos, que estava desarticulado e precisava
454 se reorganizar emergencialmente, sobretudo para atender as áreas de retomada
455 enquanto ocorre o processo de demarcação das terras indígenas, para garantir o acesso
456 direto aos alimentos. Disse ser necessário também incluir a população em situação de
457 rua e, outras populações não contempladas, no Cadastro Único. Informou que o governo
458 foi procurado pela CP4 e que tiveram a impressão de ter uma representação para uma
459 colaboração frontal nessa direção, contudo não tiveram a presença desta representação
460 na reunião do dia na CP4. Destacou que a presença do governo se deu por outros
461 ministérios, os quais puderam trazer informações importantes. Informou que
462 socializariam sobre a busca ativa que estava sendo retomada pelo governo federal,
463 inclusive relacionada não apenas à população em situação de rua, mas também à
464 população excluída pelas questões sociais, como o caso de pessoas LGBTQIAPN+ que
465 estavam procurando o direito de usar o nome social, por exemplo. Relatou que fariam
466 uma Recomendação para o governo federal referente ao Cadastro Único e à busca ativa
467 de pessoas excluídas dos mecanismos de DHAA. Informou que iriam tratar do
468 planejamento e da avaliação da CP4 em reunião remota futura. Concordou com a
469 colocação do Conselheiro, Sr. Ubiraci Dantas na plenária (fala sem microfone), mas
470 acrescentou que a metodologia acordada para a 6ª Conferência era de participação
471 social por meio de Grupos de Trabalho e que sentiram falta de mais espaço para ampliar
472 tal participação. A Presidenta do Consea destacou que na metodologia original estavam
473 previstas plenárias temáticas após os grupos de trabalho, mas infelizmente foram
474 comprometidas com o processo de segurança necessária para a participação do
475 Presidente da República. Então, explicou que foram escolhas que precisaram ser feitas
476 no momento. Frisou a importância de documentação do processo de reflexão e de
477 avaliação da Conferência para que os futuros responsáveis possam consultar esse
478 histórico e melhorar as próximas. Informou que havia um grupo de trabalho dentro da
479 Secretaria-Geral da Presidência que estava discutindo com todos os Conselhos os
480 processos conferenciais e havia um consenso de que era necessário dar alguns passos
481 em relação ao aprimoramento do processo participativo. Finalizou dizendo que o
482 Consea também devia discutir sobre como melhorar a participação social nas próximas
483 conferências e reforçou ser um aprendizado coletivo a partir dos erros e das reflexões
484 realizadas. A Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, Sra. Valéria

Burity, pediu a palavra e informou que, na tarde do dia anterior (4 de março de 2024), na reunião da Mesa Diretiva, foi feito um pedido do Coordenador da CP5 para ter uma colaboração na Recomendação e, embora tenham se mobilizado para isso, não foi possível devido ao tempo muito curto acionar o servidor. Acrescentou também que recebeu o pedido da CP4, mas a servidora que poderia contribuir estava doente e também não havia sido possível acionar outro servidor a tempo. Complementou que a Secretaria tinha muito interesse em contribuir com as discussões das Comissões Permanentes e, se necessário, que fossem solicitados os materiais, incluindo informações da Secretaria do Cadastro Único. A Coordenadora da Comissão Permanente 2 - CP2, Sra. Inês Rugani, relatou sobre a revisão e finalização de duas Recomendações referentes à Reforma Tributária. Disse que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome fez informes sobre a Estratégia de SAN nas Cidades e sobre o Decreto de escolas; comentou que foi feita a avaliação da Conferência a partir da agenda da CP2; relatou que foram feitas discussões sobre as perspectivas e planejamento para 2024; e que a ementa da comissão foi atualizada. Em relação ao balanço das atividades da CP2 em 2023, a Comissão considerou que conseguiram avançar bastante nos temas propostos. Destacou o *timing* adequado para a agenda da Reforma Tributária e acrescentou que a discussão sobre Cesta Básica também foi em momento oportuno. Em relação à avaliação da 6ª CNSAN, disse que foi contemplada pela fala da Coordenadora da CP3 e acrescentou que foi importante politicamente a Conferência ter sido feita em 2023. Fez um agradecimento à Secretaria-Executiva do Consea por todo o trabalho empregado em nome de todo o coletivo. Em relação à metodologia, avaliaram pontos positivos e pontos a aprimorar. Solicitou que os Grupos de Trabalho tivessem mais tempo de duração e que as atividades autogestionadas pudessem acontecer antes dos grupos temáticos, para servirem de formação. Em relação às propostas, considerou que houve um conjunto de propostas que expressava o desmonte vivido daqueles tempos. Avaliou que as propostas eram conhecidas de Conferências anteriores, mas que não houve implementação, visto que os problemas continuavam. Destacou que havia um conjunto de propostas que expressavam certa desinformação, porque propunham ações já implementadas. Em relação às propostas de temas a serem trabalhados e monitorados em 2024, elencou a produção de um Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas, que foi discutido na reunião da CP2 e a proposta de criação de um GT do Consea para tratar dessa demanda de forma transversal, como proposto no GT15 da 6ª CNSAN. Informou que outro tema elencado foi o Conflito de Interesses - Col e que havia necessidade de conversa sobre essa agenda. Relatou que reformularam um pouco o que haviam proposto para o GT de Col, incluindo um eixo de políticas públicas com interface com o Sisan, outro de representação no Consea e um terceiro sobre formação e inclusão produtiva, que possuía uma interface com as CP3 e CP7 na discussão de normas sanitárias, bem como da integração do SUS, Sisan e SUAS. Informou que a discussão sobre a Reforma Tributária iria continuar na agenda do ano e acrescentou o tema de rotulagem nutricional, para um monitoramento junto à Anvisa. Disse que seriam discutidos também Educação Alimentar e Nutricional, Má nutrição e Mudanças climáticas, debatendo sobre carnes e alternativas proteicas. Destacou ainda a agenda

de Abastecimento em Ambiente Alimentar, de modo que fosse priorizado o monitoramento da Estratégia de SAN nas Cidades, assim como a implementação da nova estratégia de obesidade, além do monitoramento de iniciativas similares. Em relação à composição, à estruturação e ao funcionamento da CP2, a CP2 decidiu por manter sua atual Coordenadora e substituir Vanille pela Laís depois de maio, mantendo-se o rodízio na relatoria. Destacou que uma mudança importante foi em relação ao GT de Agricultura Urbana e Periurbana, que tinha as Coordenadoras da CP2 e CP3 como representantes interinas do Consea, mas que foi decidido que Juliana Casemiro seria a nova representante da CP2 no GT. Em relação à ementa da CP2 foram destacados temas por não estarem bem definidos, como a integração SUS, Sisan e SUAS; a cultura alimentar e a inclusão produtiva. A Coordenadora da CP4 pediu a fala para complementar que a CP4 também havia contribuído com a nota técnica que subsidiaria o posicionamento do Consea em relação à PEC que propõe a substituição do termo “alimentação” por “segurança alimentar” e que a Comissão assumiria o protagonismo político a partir de agora para acompanhar de maneira mais efetiva essa temática. A Presidenta do Consea lembrou o Consea teve conhecimento dessa PEC, quando o Senador do Acre Alan Rick teve a ideia de fazer uma PEC para substituir no artigo 6º, trocando o direito à alimentação pelo direito à segurança alimentar, com uma argumentação falha sobre todos os pontos de vista. Disse que o Senador apresentou uma argumentação que supostamente ampliava o direito, mas que efetivamente reduzia esse direito. Informou que naquele momento o governo, a Sesan e a Secretaria Extraordinária já haviam se posicionado, havendo uma série de gestões junto ao Senador, mostrando que ele estava, na verdade, reduzindo o direito à segurança alimentar e nutricional. Colocou que chegaram a um acordo em relação a isso e que foi capitaneado pela Secretaria de Relações Institucionais do Ministro Padilha e pela liderança do governo, assim como pela relatora dessa matéria, a Senadora Professora Dorinha (GO). Comentou que foi acordado manter o caput do artigo e haveria um descritivo sobre o direito à alimentação na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, considerando a definição em lei. Informou que a matéria foi para o pleno do Senado e que, naquele dia, aconteceu a 3ª sessão, mas que estava novamente em negociação após um alerta da Confederação Nacional da Agricultura. Disse que estavam monitorando esse debate, e que em algum momento, talvez fosse necessário dar visibilidade ao que estava acontecendo. Contudo, a avaliação atual corria mais risco dando amplitude a essa questão do que garantia de resultado. A Coordenadora da CP2 relatou que o Coordenador Geral do Consea explicou que era necessário fazer uma ementa de proposta para a criação do GT e orientou apresentar para a Mesa Diretiva. No que se refere às Recomendações, informou que a primeira discorria sobre cesta básica e alimentos ultraprocessados e a segunda sobre agrotóxicos. **Ponto de Pauta: Deliberações da plenária - Recomendação sobre Reforma Tributária.** Em continuação ao ponto de pauta iniciado, a Coordenadora da CP2 disse que a primeira recomendação havia sido amplamente discutida e prosseguiu com a leituras das duas Recomendações para a plenária. A Presidenta do Consea abiu a palavra para manifestação da plenária, caso fossem necessárias informações adicionais, ocorrendo a partir de então intervenções sem o microfone. Nelson Arns solicitou a inversão de determinado trecho

da Recomendação, colocando: “Leis complementares, adotar mecanismos tributários que contribuam para garantir”. A Coordenadora da CP2 respondeu que o Ministério da Fazenda não elabora as leis, sendo uma atribuição do legislativo. A Presidenta do Consea propôs que fosse mencionado que o ministério pudesse “Fornecer subsídios de mecanismos tributários, no processo de elaboração das leis”. A Coordenadora da CP2 colocou que poderiam consultar os melhores termos e ajustar o texto para não dar margem a interpretações equivocadas. A Presidenta do Consea concordou com o encaminhamento. A Coordenadora da CP2 questionou se havia mais alguma colocação da plenária. A Presidenta perguntou se havia mais algum comentário e pediu para quem concordasse com a proposta de Recomendação ficar como estava e quem discordasse ou se abstivesse levantasse a mão, parabenizando as Comissões pelo trabalho feito. Uma vez que não houve manifestação contrária à aprovação, foi aprovada a Recomendação sobre reforma tributária, restando aprovada com todos a favor, sem abstenções. A Coordenadora da CP2 colocou que estavam felizes e que vários conteúdos vieram de Recomendações anteriores e, portanto, foi um acúmulo grande. **Ponto de Pauta: Deliberações da plenária - Recomendação sobre Agrotóxicos.** A Coordenadora da CP2 informou que o processo de elaboração da Recomendação de agrotóxicos teve um processo semelhante, com diversas consultas, destacando o aporte do Rafael Cedro, que trouxe novos elementos para complementar o texto da Recomendação. Então, foi feita a leitura da Recomendação para a plenária. A Presidenta abriu a palavra para comentários da plenária. Após intervenção fora do microfone, o Sr. Julian Perez destacou que os insumos utilizados na agricultura orgânica também têm a denominação de agrotóxicos, não sendo só aqueles utilizados na agricultura convencional, recomendando que mantenha o benefício [mencionado na Recomendação] apenas para os insumos certificados como orgânicos. A Coordenadora da CP2 perguntou ao Sr. Julian Perez se, por exemplo, colocar a priorização de bioinsumos certificados não excluiria os bioinsumos que não obtiveram a certificação. O Sr. Julian Perez respondeu que a questão do bioinsumos era ampla e que tinha uma disputa na qual as empresas não queriam permitir a autoprodução de bioinsumos, mas que, no caso em tela, estava se referindo à comercialização e que, do ponto de vista legal, a certificação era obrigatória. A Presidenta do Consea sugeriu perguntar para o MDA, pois acreditava que o Consea deveria dar atenção a isso, pois os bioinsumos seriam de interesse do setor privado porque haveria uma demanda enorme. O Sr. Julian Perez disse que existiam bioinsumos sendo utilizados na agricultura convencional de larga escala e que não sabia se seriam necessariamente certificados, ficando a critério da plenária decidir. A Presidenta do Consea sugeriu deixar essa proposta para ser conversada com o MDA, uma vez que saberiam informar adequadamente. O Sr. Julian Perez colocou que o Consea teria que avaliar se fortaleceria insumos para a agricultura orgânica e agroecológica ou bioinsumos como um todo, inclusive aqueles utilizados pela agricultura convencional. A Presidenta do Consea perguntou se o bioinsumo usado pelo agronegócio poderia coincidir com o da agricultura orgânica. O Sr. Julian Perez respondeu que sim. A Presidenta constatou que, se adotassem essa diferenciação, gerariam uma dificuldade para a própria agricultura familiar, pois, se o insumo poderia ser usado tanto no latifúndio, quanto na pequena propriedade, era o mesmo bioinsumo. O Sr. Julian Perez

disse que não estava emitindo juízo de valor sobre qual seria o melhor e que só estava dizendo que teriam que optar entre a agricultura orgânica e todos os bioinsumos em geral. Concluiu dizendo que, se fosse para a agricultura orgânica, teria que ser certificado. A Presidenta inferiu que, então, seriam duas categorias de bioinsumo, os bioinsumos em geral e os bioinsumos para a agricultura orgânica, pedindo um encaminhamento prático no sentido de fazer uma consulta para melhorar a redação. O Plenário concordou com o encaminhamento. A Presidenta do Consea passou ao item 5 da Recomendação. Um participante não identificado [M5] disse estar incomodado com a interpretação de artigos científicos da área de saúde por um economista. A Coordenadora da CP2 respondeu fora do microfone. A Presidenta perguntou se havia mais alguma observação, colocando em apreciação do pleno a Recomendação. Pediu para quem concordasse com o texto da Recomendação ficasse como estava e que quem discordasse ou se abstinasse levantasse a mão. Uma vez que não houve manifestação contrária à aprovação, foi aprovada a Recomendação sobre agrotóxicos, restando aprovada com todos a favor, sem abstenções. **Ponto de Pauta: Deliberações da plenária - Recomendação sobre Racismo.** O Coordenador da CP5 falou fora do microfone e portanto sua fala não foi gravada. A Presidenta do Consea perguntou ao Coordenador se uma síntese adequada da Recomendação seria demandada aos diferentes ministérios que considerassem essas diferentes expressões de racismo na implementação de suas políticas, tendo um olhar diferenciado e prioritário para a população negra. O Coordenador da CP5 respondeu fora do microfone. A Coordenadora da CP3 comentou sobre o item que mencionava estar aguardando resposta do governo, reforçando que a gestão que recepcionou a demanda foi durante a gestão do ex-Presidente Michel Temer, em 2017, e que, portanto, não havia sido encaminhada para a atual gestão. Sugeriu trocar o termo “aguarda”. A Presidenta sugeriu pensar se valeria à pena reencaminhar a demanda, pois a nova Recomendação recuperava o mesmo teor daquela de 2017. O Coordenador da CP5 respondeu fora do microfone. A Presidenta acatou e disse que iriam encaminhar a nova e reencaminhar a antiga. A Coordenadora da CP3 sugeriu reajustar ou excluir o referido item e incluir texto explicando que o Consea havia elaborado Exposição de Motivo em 2017, enviada naquele ano, mas que no momento encaminhava com o propósito exposto pelo Coordenador da CP5. A Presidenta propôs a seguinte redação: “o Consea reitera e reencaminha a Exposição de Motivo nº 3 de 2017”. O Coordenador da CP5 pediu ao Coordenador Geral do Consea que localizasse o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - ODS 18, pois tinha dúvida se havia sido incluído no documento, e acrescentou que a Recomendação ficou disponível para que os Conselheiros titulares e suplentes lessem e fizessem suas sugestões desde dezembro de 2023, sendo atualizada posteriormente pela Comissão. Informou que terra e território continuavam sendo prioridade. Informou acreditar que o documento enviado à Caisan em 2017 estava arquivado no Consea e que o Ministério da Igualdade Racial - MIR continuava sendo um ministério fragilizado. Finalizou dizendo que aguardaria o documento ser ajustado pelos técnicos do Consea. A Presidenta solicitou ao representante da Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério das Relações Exteriores - MRE se tinha alguma explicação quanto ao ODS 18 anunciado pelo Presidente Lula. O Sr. Saulo Ceolin (MRE) informou que o Conselho de

Desenvolvimento Sustentável acompanha os ODS no Brasil e que aquele Conselho ainda apreciaria a incorporação do novo ODS, mas que não existia nada no plano internacional. A Secretária da SECF reiterou que estavam em uma nova gestão desde o ano anterior e que não receberam a Exposição de Motivos mencionada pelo Coordenador da CP5. Solicitou que fosse retirado o termo “aguarda” do texto para que não passasse a ideia de que estavam em atraso de resposta. A Presidenta definiu que o Consea iria reiterar e encaminhar a Exposição de Motivos nº 3/2017, que havia sido encaminhada em 29 de novembro de 2017, acrescentando que o Consea poderia considerar o envio ao Estado Brasileiro, mas se tivessem propostas mais adequadas ao texto, entendia não haver problema na alteração proposta. A Secretária da SECF pediu para tirar o “encaminhado”, de forma que ficasse “reitera, encaminha e reencaminha a Exposição”. A Presidenta concordou e disse que, formalmente, a Caisan não sabia da existência desse documento e perguntou se todos estavam confortáveis com esse texto. O representante do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA sugeriu a inclusão de seu ministério no documento para discutir com os agricultores familiares e pescadores. O Coordenador da CP5 manifestou-se fora do microfone. A Presidenta concordou com a inclusão sugerida pelo MPA, após ouvir a explanação do Coordenador da CP5. Agradeceu a todos que elaboraram a recomendação e colocou para aprovação do Plenário. Uma vez que não houve manifestação contrária à aprovação, foi aprovada a Recomendação sobre Racismo. Ponto de Pauta: Informe - Manifestação de Gaza. Passou então a palavra à Conselheira e membro do GT Internacional, Sra. Mariana Santarelli, para fazer um relato sobre a manifestação de Gaza. A Conselheira disse que a manifestação foi feita no âmbito do GT Internacional. Fez a leitura do documento e defendeu o uso da palavra “genocídio” em substituição a “pode configurar genocídio”, uma vez que o termo foi usado pela Presidenta do Consea na reunião com o Presidente da República. Irio se manifestou na plenária sem microfone. A Presidenta do Consea acatou e pediu para incluir “em busca de paz” depois de “cessar fogo imediato”, bem como perguntou se alguém gostaria de comentar sobre o uso do termo “genocídio”. Uma participante não identificada disse entender que não houve nenhuma discordância no sentido de adotar o termo “genocídio”, que ninguém havia mencionado complicação para a posição brasileira e que a mudança foi feita com objetivo de cautela. Saulo Ceolin [MRE] afirmou que a sugestão foi feita por área especializada do Itamaraty, que preferia adotar linguagem cautelosa. Além disso, colocou que, apesar de o Presidente ter usado o termo, não era o Presidente quem definia internacionalmente o que figurava crime de genocídio, pois havia definições jurídicas internacionais sobre isso. Deste modo, disse que, como representante do MRE, preferiria que fosse mantido “pode configurar genocídio”, mas que ficava a critério da plenária decidir. A Coordenadora da CP4 disse ser favorável à versão original sem o “pode” e destacou que o Consea era composto por 2/3 de sociedade civil, que sempre escutam o governo e que sempre possível adotariam a linguagem diplomática e não violenta, mas que naquela situação realmente acreditavam configurar genocídio. A Conselheira, Sra. Mariana Santarelli, sugeriu incluir a proposta do Anderson “um crime de guerra e genocídio”. A Presidenta perguntou se todos concordavam com o texto expressar “crime de guerra” e “genocídio”. A Manifestação foi aprovada após manifestação da plenária. A Presidenta do Consea

pediu ao GT Internacional que ajudasse a Secretaria-Executiva a decidir sobre a estratégia de divulgação. **Ponto de Pauta: Informe – Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza.** O representante do MRE, Sr. Saulo Ceolin, apresentou-se como indicação da Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional do Itamaraty e informou que o seu colega, Sr. Renato Godinho, era assessor internacional do MDS e que os dois seriam Coordenadores da força-tarefa do G20 para criar uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Disse que a ideia de um pacto internacional contra a fome e a pobreza tem sido mencionada pelo Presidente Lula, desde o fim da eleição, sendo um tema importante para o Presidente: acabar com a fome no Brasil e no mundo. Lembrou que o Presidente havia mencionado, em sua primeira aparição internacional, na COP do Clima em Sharm el-Sheikh em novembro de 2022, que promoveria a criação desse pacto internacional contra a fome e a pobreza. Desde então, o governo brasileiro estaria pensando em como construir essa proposta nacional, que foi contemporânea da presidência do Brasil no G20, desde dezembro do ano anterior. O representante do MRE disse que o Brasil propôs a discussão dessa proposta no âmbito do G20, que seriam parceiros importantes que reuniam um grupo expressivo de países do Sul e do Norte global. Informou que a força-tarefa existiria somente durante a presidência brasileira no G20 e que atravessaria o Trilho dos Sherpas e o Trilho Financeiro, mantendo-se a Aliança Global aberta a todos os países do mundo, e a outros parceiros e instituições internacionais, organismos da ONU e outros que pudessem colaborar nessa iniciativa. Complementou que a discussão estava sendo feita com os países do G20, com a União Africana e mais nove países convidados pelo governo brasileiro para participar das atividades do G20. Relatou que o convite foi estendido a alguns outros países e organismos internacionais exclusivamente para discussão da força-tarefa, o que totalizou em torno de 56 países, países convidados e organismos internacionais. Informou que deviam ter duas reuniões técnicas presenciais e duas por videoconferência. Informou sobre a proposição de três pilares: (i) um nacional, com a lista de políticas importantes para acabar com a fome e a pobreza; (ii) um financeiro; e (iii) um de conhecimento. O pilar financeiro reuniria todas as fontes tradicionais ou não de financiamento, inclusive bancos internacionais, instituições financeiras internacionais, países prestadores de cooperação, organismos da ONU e outros. No pilar de conhecimento, seriam incluídos países e instituições que têm aportes a fazer, para capacidade técnica e conhecimento sobre as políticas; isto é, seriam incluídas instituições de países que se dispõem a ajudar a implementar tais políticas nacionais, tanto no pilar financeiro, quanto no técnico. Os grupos de trabalho do G20 iriam se reunir ao longo dos próximos meses até a cúpula de novembro, no Rio de Janeiro. Estava previsto no calendário que até o final de julho seriam concluídos os trabalhos da força-tarefa, com a pretensão de ter o endosso do G20 para alguns textos básicos da Aliança, que iria incluir esses critérios na cesta de políticas (uma lista inicial de políticas), os termos de adesão para cada um dos pilares, uma declaração ministerial de apoio político ao tema de combate à fome, à pobreza e às desigualdades e à criação da Aliança. Assim, seria iniciada a segunda fase, de busca de membros potenciais da Aliança, abrindo a adesão aos países e às instituições e anunciando aqueles aderidos à iniciativa para participarem na reunião final do G20 (em novembro), no lançamento formal da Aliança

749 pelos Presidentes. O Sr. Renato Godinho, representante do MDS, acrescentou que a
750 Aliança servia para reunir apoio internacional, conhecimento e finanças. Informou que
751 havia uma instância de governança internacional aberta e participativa no Comitê de
752 Segurança Alimentar Mundial, mas que muitas das recomendações e diretrizes feitas
753 acabavam não implementadas. Então a ideia era a Aliança ser um lugar para reunir o
754 que já foi acordado nessas diretrizes de melhores práticas e implementar quando
755 houvesse concordância dos países, com a ajuda de parceiros que entendiam do assunto.
756 A Presidenta do Consea abriu para dúvidas e comentários da plenária. O Sr. Julian Perez
757 (Fórum Brasileiro de Soberania 844 e Segurança Alimentar e Nutricional) perguntou se
758 e onde entraria o Consea nessa construção da Aliança, e se estava previsto algum tipo
759 de instância para o diálogo com a sociedade civil nesse processo. A Conselheira e
760 membro do GT Internacional, Sra. Mariana Santarelli, agradeceu à pergunta do Julian e
761 disse que foi a mesma feita na reunião da semana anterior, no GT, indicando que seria
762 bom ambos os representantes, Sr. Saulo Ceolin e o Sr. Renato Godinho, reafirmarem
763 quais seriam essas possibilidades. A Conselheira disse que pensava que havia dois
764 momentos muito estratégicos: 1) a definição de quais seriam os critérios da cesta em
765 relação aos termos de adesão, sobretudo do setor privado e das fundações - por
766 preocupação no que se referia a conflito de interesses; 2) os que dispunham de dinheiro
767 para financiar, não necessariamente teriam os mesmos interesses e visões que a
768 Aliança. Portanto, questionou como conseguiriam se proteger nesse momento de
769 definição das adesões da Aliança. A Sra. Melissa Pomeroy (ASUL) destacou o calendário
770 apertado para executar as ações propostas e colocou em reflexão a construção da
771 participação do Consea nesse processo, fazendo um chamado aos Conselheiros para
772 discutirem e tomarem decisões pragmáticas para operacionalizar as contribuições. A
773 Sra. Lorenza (IDEC) [Plenário] retomou a menção do representante do MDS, Sr. Renato
774 Godinho, sobre o CSA e perguntou se poderiam fazer referências e procurar que isso
775 fosse um ponto de atenção dentro da iniciativa. O representante do MRE disse que se
776 colocavam à disposição para continuar o diálogo depois, informou que compartilharam
777 com o GT Internacional a lista inicial de critérios para seleção das políticas proposta pelo
778 Brasil, que deveriam ser aprovados na próxima reunião em aproximadamente 20 dias,
779 quando os países começariam a submeter sugestões de políticas. O representante do
780 MRE informou que esperavam que o Consea contribuísse e que ainda havia tempo de
781 formatar melhor os critérios. Comentou que devia ficar esclarecido que estavam
782 propondo uma cesta de políticas e que não iriam conseguir impor exatamente as
783 políticas do jeito que pensam e gostariam, porque cada país iria adaptar para o seu
784 contexto. A ideia era que a Aliança ajudasse os países a aperfeiçoarem ou ampliarem a
785 cobertura dessas políticas. Os países africanos, por exemplo, informaram ter uma
786 política africana, e políticas sub-regionais e nacionais voltadas para o combate à fome e
787 à pobreza. De alguma forma, o Brasil iria usar a Aliança como uma alavanca para ajudá-
788 los a implementar tais políticas. A lista não estaria fechada até julho e esperava-se que,
789 com a adesão de outros países, houvesse o aperfeiçoamento dessa cesta de políticas.
790 Em relação aos termos de adesão, esperava-se circular uma minuta inicial para a
791 próxima reunião, marcada em Brasília dali há três semanas, para uma discussão inicial
792 sobre a proposta. Informou que também daria tempo de o GT Internacional do Consea

fazer seus comentários. Destacou que tinham muitos pontos levantados pela Presidenta do Consea, inclusive sobre o CSA. Informou que essa era uma preocupação desde o início, o Brasil resguardar o CSA, e que jamais foi pensado a Aliança como um concorrente ou fator para o enfraquecimento do CSA. Na nota preparada, fizeram referência mais de uma vez ao CSA como o núcleo global para convergência de políticas. O CSA era, de fato, o lugar onde iriam discutir essas políticas, e estavam tentando pensar a Aliança como um mecanismo implementador ou de reforço ao que já havia sido discutido. Enfim, não teriam como querer que o G20 se arrogasse a esse papel de fazer uma discussão mundial sobre políticas adequadas para alimentação e combate à pobreza. O representante do MDS reforçou que não era a intenção trazer o espaço de debate para a Aliança, provocando enfraquecimento do CSA. Esclareceu que a ideia era ser um mecanismo operacional de implementação focado no âmbito nacional. Reforçou que a ideia era o debate com a sociedade civil, em cada país membro da Aliança que estava discutindo suas implementações. Apontou que haveria vínculos com o CSA, inclusive sobre os critérios. O representante do MDS informou que na semana seguinte seria realizada uma reunião operacional com representantes do Consea, para discutir sobre o envolvimento do Consea, os termos de participação, a organização e como seria operacionalizado. Informou sobre a expectativa de se produzir algo como a Carta de Teresina, que poderia ser entregue via presidência brasileira aos delegados do G20 e, de certa forma, impactar nas deliberações - por exemplo, reforçando a necessidade de participação social nas políticas da cesta. O representante do MRE lembrou que havia outra instância do G20 chamada de Grupos de Engajamento, em que a sociedade civil do G20 se reunia e também discutia sobre esses temas. Complementou que seria importante ter o Consea também nos contatos com a sociedade civil internacional, ajudando a promover a Aliança. Concluiu dizendo que entendia existir todo um trabalho de convencimento junto aos governos do G20 e outros, para apoiar e se aliar à Aliança. Por fim, o representante do MRE informou o B20 (setor business) foi avisado de que não havia previsão de adesão de empresas, mas destacou que até concebem que algumas grandes fundações possam participar seguindo critérios já adotados pelo PNAE, por exemplo, evitando-se conflito de interesses. O representante do MDS ressaltou que a Aliança era voltada para a implementação de políticas públicas de governo - não cabendo a participação de empresas comerciais -, com possível espaço para a inclusão de instituições filantrópicas que poderiam entrar no pilar financeiro. A Presidenta concluiu que esse não era um simples informe devido à complexidade do tema, sobretudo em relação à governança. Informou que queria conversar com o GT Internacional em outro momento sobre o desdobramento da Cúpula dos Sistemas Alimentares que compôs o hub. Explicou que a proposta da Aliança pode ser muito mais legítima do que os resultados da Cúpula, porque uma das críticas era que a Cúpula passou na paralela dos Estados. Complementou que essa foi uma crítica central que a sociedade civil fez. A Conselheira Sra. Mariana Santarelli falou sobre sua experiência na África no âmbito da Revolução Verde naquele continente, comentou sobre a atuação de Bill e Melinda Gates, que, segundo ela, estavam fazendo mais do que políticas públicas - estavam mexendo com a regulação desses países, como quando estavam tentando desconstruir leis que protegiam a entrada de organismos geneticamente modificados.

837 A Sra. Carmem Priscila (MDS) dispôs que o Brasil detém exemplos de políticas bem-
838 sucedidas na área de segurança alimentar e que isso não aparecia nas questões
839 apresentadas sobre a Aliança. A Presidenta informou que fariam tudo dentro de uma
840 regra e um cronograma que não era do Consea, mas sim desse espaço do G20. O
841 representante do MRE respondeu à Priscila que não estavam esquecendo das políticas
842 de segurança alimentar consolidadas no país e que tais políticas dariam legitimidade na
843 proposição de um esforço internacional para acabar com a fome e a pobreza. Além
844 disso, afirmou que era interessante trazer o tema da fome para o centro do debate
845 internacional novamente, estando a intersectorialidade na base da proposta brasileira. O
846 representante do MDS disse entender a Aliança como uma estratégia para ampliar a
847 escala de tudo que o Brasil já vinha fazendo nacionalmente, mas que não dava para
848 impor nosso modelo ao restante do planeta, devendo haver uma abertura para absorver
849 outras experiências. A Presidenta propôs que fosse pensado como a plenária poderia
850 contribuir com o tema em diferentes momentos. Disse que precisavam ter uma
851 construção legítima de algo que se assemelhasse ao que foi a Carta de Teresina, para
852 que entrassem na reunião oficial com parâmetros e sugestões. Pontuou como exemplo
853 o que ocorreu nos Diálogos Amazônicos, em que governos e sociedade civil de 8 (oito)
854 países foram chamados, e serviu de inspiração para o tema em discussão. Apontou que,
855 se fossem recuperar o que havia sido discutido no seminário internacional pré-
856 conferência, a sociedade civil internacional demonstrou ter muita desconfiança no
857 ambiente do G20, sobretudo por ser um ambiente fechado e cheio de regras com pouca
858 abertura para interferências ou escuta de propostas advindas da sociedade civil.
859 Discorreu que, no ano passado enquanto estava no CSA, as pessoas perguntavam se
860 podiam confiar na Aliança. Propôs que deviam construir um apoio da sociedade civil
861 internacional para a proposta e ter processos que construíssem essa confiança.
862 Agradeceu a presença dos representantes da força-tarefa da Aliança e todo o esforço
863 feito para manter a coerência dentro dos processos e dentro dos limites da negociação
864 internacional. **Ponto de Pauta: Informes finais.** A Presidenta do Consea perguntou se
865 todos haviam recebido o calendário de 2024 do Consea. Disse que foi elaborado pela
866 Secretaria-Executiva e destacou que teriam 4 (quatro) plenárias presenciais e 2 (duas)
867 remotas, e que havia recurso para fazer atividades menores. Submeteu o calendário à
868 aprovação do Plenário, o qual foi aprovado por todos, passando a palavra à Secretaria-
869 Executiva para fazer um informe sobre as atas de 2023. A Secretária-Executiva do
870 Consea, Sra. Marília Leão, informou que a Secretaria-Executiva se comunicou com os
871 Conselheiros por e-mail e faz um apelo para sempre checarem a caixa de spam, pois era
872 frequente o envio de e-mails a todos os Conselheiros ao mesmo tempo. Indicou que o
873 pleno do Consea só havia aprovado a ata de cerimônia de instalação do Consea em 2023,
874 visto que a Secretaria não teve capacidade de elaborar as atas no ano anterior.
875 Complementou que as 7 (sete) atas do ano anterior foram finalizadas e precisavam ser
876 aprovadas pela plenária do Consea. Propôs colocar em consulta pública no drive do
877 Consea para o pleno conhecer os textos e ter a possibilidade de fazer sugestões. Depois,
878 passado esse período de consulta, as atas seriam submetidas à aprovação assíncrona. A
879 Secretária-Executiva do Consea perguntou se a plenária concordava com esse
880 encaminhamento e, por fim, informou que receberiam por e-mail, até a plenária de

maio, dois documentos com o balanço e a prestação de contas do trabalho do Consea, inclusive com a execução orçamentária da Conferência. Disse que divulgariam o caderno com as 24 recomendações aprovadas em 2023, que serviria de referência para o trabalho do Consea. Como resultado dos trabalhos dessa Reunião Plenária, 01 (uma) Resolução e 03 (três) Recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: (i) Resolução nº 1/2024, que define o processo de ocupação de vagas de representações da sociedade civil no Consea; (ii) Recomendação nº 1/2024, que recomenda ao Ministério da Fazenda que componha a Cesta Básica Nacional de Alimentos apenas com alimentos in natura ou minimamente processados, e alimentos processados selecionados, e que, no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente a serem tributados com imposto seletivo, inclua produtos alimentícios ultraprocessados; (iii) Recomendação nº 2/2024, que recomenda ao Ministério da Fazenda que, na construção das leis complementares, não adote mecanismos tributários que beneficiem os agrotóxicos, e inclua os agrotóxicos no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente a serem alvos do imposto seletivo, considerando ainda a possibilidade de alíquotas de imposto seletivo progressivamente mais gravosas de acordo com o respectivo grau de toxicidade; (iv) Recomendação nº 3/2024, que recomenda à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN; ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA; ao Ministério da Cultura – MinC; ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI; ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA; ao Ministério da Igualdade Racial – MIR ações integradas e políticas públicas para o combate e erradicação das fomes e dos racismos nos sistemas alimentares brasileiros. A Presidenta do Consea agradeceu a todos(as) e encerrou a plenária. Encerrada a 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 31/01/2025.